

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v16i28.704>*A BATALHA DE MYLAE*: Por uma nova história militar da Idade Antiga¹*THE BATTLE OF MYLAE*: For a new military history of the Old Age*LA BATALLA DE MILAS*: Por una nueva historia militar de la Edad Antigua

LEONARDO DA COSTA FERREIRA

Professor do magistério superior da Escola Naval e Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.
lucnardo2@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de realizar um estudo sobre um importante acontecimento militar e naval ocorrido na Antiguidade, que seria a Batalha de Mylae, em 260 a.C. Uma disputa pelo controle da ilha da Sicília e pelas rotas comerciais do Mar Tirreno. Luta travada entre a cidade africana de Cartago, uma potência econômica com várias colônias no Mediterrâneo Ocidental garantido por uma enorme frota mercante e militar e a cidade europeia de Roma, uma potência em expansão pela península itálica sustentada por um poderoso exército terrestre. A trajetória da escrita envolve não só uma análise sobre o contexto político e econômico da sociedade cartaginesa e romana, mas também sobre as motivações geopolíticas que transformaram um conflito local em uma guerra em larga escala, as chamadas guerras púnicas. Por fim, deve-se ressaltar que o texto discute os novos rumos das pesquisas no campo da história militar, em particular, no mundo acadêmico ocidental.

Palavra-chave: Cartago. Roma. Batalha de Mylae.

Abstract: This article aims to conduct a study on an important military and naval event that occurred in Antiquity, which would be the Battle of Mylae, in 260 BC. It was a dispute over control of the island of Sicily and the commercial routes of the Tyrrhenian Sea. Struggle between the african city of Carthage, an economic power with several colonies in the Western Mediterranean guaranteed by an enormous merchant and military fleet and the European city of Rome, a powerhouse in expansion by the Italian Peninsula supported by a powerful terrestrial army. The trajectory of writing involves an analysis of the political and economic context of Carthaginian and Roman societies, but also about the geopolitical motivations that transformed a local conflict into a large-scale war referred to as the Punic Wars. Finally, the text discusses the new directions of research in the field of military history, particularly in the Western academic world.

Keywords: Carthage. Rome. Battle of Mylae.

Resumen: El presente artículo tiene el objetivo de realizar un estudio sobre un importante acontecimiento militar y naval ocurrido en la Antigüedad, que sería la Batalla de Milas, en 260 a. C. Una disputa por el control de la isla de Sicilia y las rutas comerciales del Mar Tirreno. Lucha trabada entre la ciudad africana de Cartago, una potencia económica con varias colonias en el Mediterráneo Occidental garantizado por una enorme flota mercante y militar y la ciudad europea de Roma, una potencia en expansión por la península itálica sostenida por un poderoso ejército terrestre. La trayectoria de la escritura implica un análisis sobre el contexto político y económico de las sociedades cartaginesas y romanas, pero también sobre las motivaciones geopolíticas que transformaron un conflicto local en una guerra a gran escala, las llamadas guerras púnicas. Por último, se debe resaltar que el texto discute los nuevos rumbos de las investigaciones en el campo de la historia militar, en particular, en el mundo académico occidental.

Palabras clave: Cartago. Roma. Batalla de Milas.

¹ Artigo submetido à avaliação em fevereiro de 2019 e aprovado para publicação em junho de 2019.

Introdução

O Brasil passou por uma longa ditadura militar com o apoio da elite civil na segunda metade do século XX e seu traumático resultado no campo político, econômico, cultural e, principalmente, dos direitos humanos. Deixando, assim, uma visão muito negativa entre os intelectuais, notadamente, os acadêmicos devido ao elevado índice de violações à ordem democrática.

O saldo daquele período da história brasileira foi, entre tantos, um abandono dos estudos da história militar terrestre, aérea e naval por parte dos historiadores, dos sociólogos e dos pesquisadores em relações internacionais. Desse modo, a História Militar apresenta uma trajetória difícil nos centros de pesquisa brasileiros, porque o fortalecimento e a expansão das universidades coincidiram com o aumento da participação dos militares na política e, especificamente, com o período do regime não democrático de 1964 até 1985.

O resultado é que os estudos sobre a História Militar acabaram, no contexto pós-redemocratização, a cargo dos próprios militares, em particular, daqueles que lecionavam nas instituições de ensino superior ligadas às Forças Armadas. Indivíduos que, em sua maioria, são pessoas sem formação acadêmica adequada, sem o domínio das nossas metodologias e, por fim, sem o conhecimento das mais diferentes correntes historiográficas. Nesse sentido, ocupar espaço nesse ramo da história é um dever dos historiadores, em especial no Brasil, a fim de que a mesma não seja escrita quase que exclusivamente por militares, não importando sua visão ideológica.²

Ademais, uma outra característica também contribuiu para deslocar os estudos da História Militar para um plano secundário: as transformações teóricas e metodológicas desenvolvidas pelos historiadores dos *Annales*, corrente predominante nos principais centros de referência em História no Brasil. É bastante conhecido que a primeira (liderada por Marc Bloch/ Lucien Febvre) e segunda (liderada por Fernand Braudel) geração de pesquisadores eram altamente críticas a um tipo de história événementielle (factual) e dos grandes homens (personalista). Dessa maneira, a História Militar – vista como um subproduto da velha História Política factual e personalista – foi sobremaneira esquecida, já que se situava ao nível

² CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; HENDRIK, Kraay. Da nova história militar à “nova” história militar. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; HENDRIK, Kraay. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004. p. 11-42.

Outros Tempos, vol. 16, n. 28, 2019, p. 184 - 199. ISSN: 1808-8031

dos eventos, da curta e não da longa duração; e, ainda por cima, descrevia grandes feitos de gabinetes diplomáticos, de salas de palácios reais e de convés de navios de guerra.³

Paralelo à manutenção de tais críticas à História Militar, pode-se dizer que no mundo historiográfico anglo-saxão, estudiosos como Geoffrey Parker, Alfred Stepan e Frank D. McCann, ao se aproximarem da Antropologia, da Sociologia e da História Social da Cultura, redefiniam o campo de atuação daqueles que trabalham com a História Militar. Tais pesquisadores propuseram que, ao invés de estudar as guerras apenas através das decisões estratégicas dos chefes militares ou da técnica dos instrumentos bélicos, é preferível trabalhar os espaços de conflito, as opções geoestratégicas, os recursos tecnológicos, as relações entre líderes e liderados, as diferentes culturas políticas, os imaginários e as identidades dos combatentes.⁴

Essa transformação no panorama historiográfico levou alguns historiadores a propagar a existência de uma “Nova História Militar”. Esse novo tipo de história procura inserir os estudos sobre as Forças Armadas como uma, dentre várias instituições, que atuam na sociedade, na política nacional, nas relações internacionais, na cultura popular, na economia globalizada e nas manifestações políticas. Ou seja, procura inserir as forças, os militares e suas participações em guerras e na política institucional em conexão com outros setores da vida humana e instituições da sociedade como, por exemplo, as igrejas, as universidades, as empresas multinacionais e as representações diplomáticas.⁵

Essa mudança no campo da produção historiográfica sobre a História Militar possibilitou um ressurgimento dos seus estudos, tanto que, nos últimos anos, tem havido no Brasil um aumento considerável das pesquisas referentes à História Militar dentro dos departamentos das mais variadas instituições de ensino superior federais ou estaduais. Teses e dissertações têm sido elaboradas sobre assuntos que dizem respeito à participação do Brasil na Guerra do Paraguai (1864-1870), na Proclamação da República (1889), na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), no Golpe Civil-Militar de 31 de março (1964) e na relação entre as Forças Armadas do Brasil e nossas minorias étnico e sexuais.

³ VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 127-164.

⁴ Sobre os autores citados ver: PARKER, Geoffrey. *A revolução militar: inovação militar e ascensão do Ocidente, 1500-1800*. Cambridge: Press Syndicate, 1988; STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975; McCANN, Frank D. *A nação armada: ensaios sobre a história do Exército brasileiro*. Recife: Guararapes, 1982.

⁵ CASTRO; IZECKSOHN; HENDRIK, op. cit., p. 11-42.

Outros Tempos, vol. 16, n. 28, 2019, p. 184 - 199. ISSN: 1808-8031

Alguns exemplos seriam as obras de Ricardo Salles que relacionam o conflito com o Paraguai ao combate à escravidão e a discussão sobre novos modelos de cidadania no Império do Brasil; de Francisco César Alves Ferraz que estuda a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira em nossa sociedade após voltar dos campos de batalha contra os nazistas; e, por fim, podemos citar o artigo de Maria Celina D'Araújo que examina as atitudes mais recentes dos militares em relação tanto à homossexualidade quanto à presença de mulheres nas instituições militares.⁶

A produção acadêmica brasileira, nos últimos trinta anos, construiu novas possibilidades, pesquisas, metodologias e interpretações para temas militares. No entanto, ainda existem muitas lacunas por preencher. Uma delas seria o estudo da História Militar na Idade Antiga, um período considerado por professores e pesquisadores de história como distante e sem conexão com a realidade social, política e cultural das sociedades contemporâneas. Nada mais incorreto, visto que discussões sobre temas como escravidão, democracia, politeísmo e guerras navais têm amplo vínculo com as sociedades da Antiguidade.

Nesse aspecto, é preciso ressaltar que o presente artigo propõe uma discussão sobre o papel das guerras, no caso as navais entre diferentes povos da bacia do Mar Mediterrâneo para a consolidação da expansão política e cultural dos povos cartagineses e romanos. Artigo que não procura fornecer todas as respostas, mas, pelo contrário, suscitar debates sobre o papel das guerras navais na formação das civilizações da Idade Antiga.

Guerras e Batalhas: considerações históricas

Desde o conflito político-militar dos Estados Unidos contra o Vietnã que a guerra, no Ocidente, tem sido considerada abjeta, incivilizada e um recurso pouco inteligente para se resolverem situações pendentes, sejam elas religiosas, culturais, econômicas, territoriais ou políticas. De certo modo, isso contribuiu para a diminuição dos estudos e pesquisas sobre o fenômeno da guerra.⁷

Entretanto, fazer pesquisas sobre as guerras e as suas batalhas, os seus combatentes e suas vítimas é um mal necessário, porque são fenômenos que nos ajudam a

⁶ Sobre os autores citados ver: D'ARAÚJO, Maria Celina. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; HENDRIK, Kraay. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004. p. 439-459; SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990; FERRAZ, Fernando César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Londrina: UdUEL, 2018.

⁷ KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 91-93.

Outros Tempos, vol. 16, n. 28, 2019, p. 184 - 199. ISSN: 1808-8031

compreender determinados momentos da história de uma nação, de um povo ou de uma etnia. Além disso, auxilia o poder público e entidades internacionais como a Anistia Internacional ou o Tribunal Internacional de Justiça a realizar a proteção jurídica ou reparações históricas a determinados segmentos sociais que foram vítimas de massacres por parte de grupos paramilitares ou militares. Desse modo, estudar a guerra e as suas consequências, no mundo antigo ou contemporâneo, é uma das formas para se evitar novos conflitos e novas injustiças.⁸

Nesse sentido, muitos são os modos pelos quais podemos analisar um determinado conflito bélico. Um caminho interessante é levando-se em conta questões sociais, políticas, econômicas e culturais de cada beligerante e, também, compreendendo melhor a temática militar, isto é, a tecnologia bélica, as estratégias militares, as táticas de guerra e a estrutura logística das forças em luta. A proposta desse artigo especificamente é analisar como um determinado engajamento naval, no caso a Batalha de Mylae (260 a.C.), deu início a transformação do Mar Mediterrâneo, o espaço dos cartagineses e dos gregos, em um “lago romano”, o Mare Nostrum.

Cartago e Roma: contexto histórico

Quando a região da Ibérica tornou-se a principal fonte de produção argentífera, houve, por parte dos seus principais negociadores (os fenícios), a necessidade de estabelecer uma série de assentamentos ao longo das duas rotas comerciais que existiam entre a região produtora (península Ibérica) e a principal região consumidora (Levante). A rota que margeava próximo ao litoral do norte da África tinha como principal porto fenício uma cidade chamada de Cartago.

No século VI a. C., com o enfraquecimento da metrópole – a Fenícia – por causa da invasão dos babilônicos, a autonomia de Cartago foi conquistada e a cidade assegurou o controle sobre as riquezas minerais da península Ibérica. A exploração daqueles recursos possibilitou que os cartagineses, em meados do século III a.C., no Mediterrâneo Ocidental, se transformassem em um vasto império controlando os principais entrepostos costeiros do Norte da África e do Sul da Europa, tratava-se de uma cidade africana, habitada majoritariamente por africanos e com um alto grau de desenvolvimento náutico mercantil e militar.⁹

⁸ RITTNER, Carol. Rape, religion and genocide: an unholy silence. In: JACOBS, Steven Leonard. *Confronting genocide: judaism, christianity, islam*. Plymouth: Lexington Books, 2003. p. 291-306.

⁹ MOKHTAR, G. *História geral da África*. São Paulo; Paris: Ática, 1983. p. 99-107.

Outros Tempos, vol. 16, n. 28, 2019, p. 184 - 199. ISSN: 1808-8031

Cartago, inicialmente, reproduziu a forma de governo dos fenícios, isto é, havia uma realeza não hereditária assessorada por um Conselho de Anciãos de caráter consultivo. Após o avanço de suas conquistas marítimas e terrestres sobre as ilhas baleares e itálicas (século IV a.C.), o “poder real” começou a enfraquecer em detrimento dos chamados sufetes – espécie de magistrados eleitos anualmente com função de juízes e/ou governadores, os quais executavam as decisões tomadas pelo Conselho de Anciãos que passava a ter um caráter deliberativo.¹⁰

Tais mudanças eram reflexo das transformações impetradas pela rápida expansão cartaginesa pelo Mediterrâneo, ou seja, a conquista de novos portos e entrepostos havia expandido a qualidade da sua elite que passou de quase exclusivamente proprietária de terras, para essencialmente donos de frotas mercantes, fabricantes de armas e de navios a remo. Essa renovada elite cartaginesa, para garantir a continuidade da sua governança no Conselho de Anciãos, dependia da manutenção das suas possessões mediterrâneas, em particular na Ibérica, e também da consolidação de sua bandeira nos entrepostos da península Itálica – local habitado por vários povos, sendo um deles, os romanos.

Rapidamente, as elites cartaginesas compreenderam que a continuidade de sua política expansionista pelo Mediterrâneo Ocidental passava pela ampliação dos seus exércitos terrestres e, principalmente, o naval. O problema era que a cidade não tinha nativos em número suficiente para encargos bélicos. A solução, apresentada pelo clã dos Bárcidas, foi transformar a base de seu efetivo militar através da contratação de mercenários de diversas regiões, em particular, do Egito, da Ibérica, da Magna Grécia, da Gália e da Grécia.¹¹

Nesse ponto, deve-se ressaltar que a formação de um exército de mercenários ajuda seus contratantes no controle de sedições internas e em guerras de curta duração, porém não colabora, devido aos custos econômicos para manter tropas em permanente estado de prontidão, se a guerra tiver uma longa duração. O que foi o caso das mais diferentes fases das guerras Púnicas (264 – 142 a.C.).¹²

Mais ou menos no mesmo período, a cerca de 600 quilômetros de distância, no centro-oeste da península Itálica, estava a cidade de Roma. No campo político-administrativo, existia uma República dominada por uma aristocracia fundiária que controlava as mais importantes magistraturas romanas. O modelo de estado criado pela sua elite considerava que eram cidadãos os indivíduos adultos, do sexo masculino, livres e nascidos de pai romano. Eles

¹⁰ DÉCRET, François. *Carthage ou l'empire de la mère*. Paris: Éditions du Seuil, 1977. p. 33-43

¹¹ CHURCH, A. *The history of Carthage*. Cheshire: Biblo-Moser, 1998. p. 91-103.

¹² BRISSON, J.P. *Problème de la guerre à Rome*. Paris: La Haye, 1969. p. 42.

Outros Tempos, vol. 16, n. 28, 2019, p. 184 - 199. ISSN: 1808-8031

possuíam o direito político (*iura publica*), os direitos civis (*iura privata*), mas também deveres como fazer o recenseamento (*census*), servir no exército (*militia*) e pagar tributos (*tributum*).

Inicialmente, durante os séculos V a.C. e III a.C., o foco da elite romana esteve direcionado para o combate às vilas dos gauleses, no norte da península; às cidades etruscas, no centro itálico; e às colônias gregas, no sul peninsular. Os problemas dos romanos eram as suas limitações estruturais advindas de uma economia basicamente agropastoril voltada para a subsistência com o emprego de mão de obra familiar e com uma incipiente atividade artesanal e comercial. O que impossibilitava o Senado romano de acumular capital visando a sua utilização na contratação de grupos de mercenários para seus exércitos terrestres e na compra ou aquisição de navios bélicos.¹³

Os entraves estruturais levaram Roma a conceber a formatação de seu exército de uma maneira completamente diferente da cartaginesa. Diante da impossibilidade de arrematar mercenários, o Senado de Roma decidiu construir, ao longo do século III a.C., um exército de nativos onde os soldados eram os próprios cidadãos daquela República. Nesse sentido, deve-se destacar o próprio cidadão romano mobilizado para a guerra que deveria custear, com suas próprias fazendas, sua estadia durante a campanha militar, ou seja, não havia o pagamento de soldo (salário) e nem o fornecimento de rancho (alimentação) por parte do Estado romano devendo o mesmo ser feito pelo próprio legionário.¹⁴

Além disso, esse exército de cidadãos não era permanente e muito menos profissional, já que, após o fim do conflito, seus combatentes voltavam para suas casas, famílias, terras e afazeres. No entanto, diferentemente das forças de mercenários contratados por Cartago, o exército “cívico” de nativos de Roma lutava em defesa da sua própria terra, sendo sempre prudente, não subestimar tal fato no contexto de longas guerras como foram as Púnicas.

A Primeira Guerra Púnica (264-241 a.C.): a luta por Messina

De maneira resumida, as guerras Púnicas são o choque de duas grandes cidades mediterrâneas do mundo antigo: Cartago e Roma. A primeira, uma potência naval consolidada desde meados do século IV a.C. e, a segunda, uma potência terrestre em ascensão na península Itálica e nas ilhas do Tirreno (Sicília, Sardenha e Córsega). O choque entre tais

¹³ MENDES, N. *Roma Republicana*. São Paulo: Ática, 1988. p. 57-59.

¹⁴ BRISSON, J. P. *Problème de la guerre à Rome*. Paris: La Haye, 1969. p. 43-44

Outros Tempos, vol. 16, n. 28, 2019, p. 184 - 199. ISSN: 1808-8031

civilizações será visto, nas próximas linhas, através da primeira grande batalha naval entre tais povos: a Batalha de Mylae (260 a.C.).

Inicialmente, problemas comuns no decorrer da segunda metade do século IV a.C. e da primeira metade do século III a.C. em relação às colônias gregas da Magna Grécia, localizadas no sul da península Itálica, levaram Roma e Cartago a firmarem um tratado de aliança e assistência recíproca no campo político-militar. Entre os vários exemplos podemos citar a campanha militar romano-cartaginesa (319 – 272 a.C.) contra a intenção de Pirro, rei de Epiro (atual Albânia) de dominar todas as cidades da Magna Grécia. A campanha contou com a participação de uma frota cartaginesa, que cortou as rotas de abastecimento marítimo dos epiros e com um imenso exército romano sitiando as cidades invadidas por Pirro.¹⁵

O problema é que eliminados ou controlados os inimigos em comum, Pirro foi o último deles, Roma e Cartago passaram a se hostilizar e disputar o apoio político das cidades da Magna Grécia e, principalmente, o controle territorial da Sicília, uma região rica em fazendas cerealíferas e extremamente estratégica devido ser a ilha mais próxima da península Itálica, visto que está separada da Europa pelo estreito de Messina que tem apenas 3.3 quilômetros de largura.

Do ponto de vista romano, caso os cartagineses se apoderassem da Sicília, isso os deixaria muito perto de realizarem uma invasão bem-sucedida da península Itálica, onde está localizada a cidade de Roma, por causa da pequena extensão do estreito de Messina. Além disso, havia uma boa chance da cidade africana, após se apoderar dos campos agrícolas sicilianos, os utilizarem para o abastecimento de suas tropas em terra, o que eliminaria um problema de logística da parte de Cartago que seria “perder” potenciais navios de guerra para fins mercantes ou de transporte de insumos agrícolas.

O que levou ao rompimento formal da aliança entre Roma e Cartago foi um pedido de socorro feito, aos romanos, pelo povo marmentino, em 264 a.C. Os marmentinos controlavam a cidade de Messina e viam-se cercados em terra pelas tropas do rei Hiero II de Siracusa, cidade ao sul da Sicília, e também pelo mar, pela frota de barcos a remo de Cartago. O Senado de Roma atendeu ao pedido de socorro e enviou suas tropas ao estreito para lutarem contra Siracusa e Cartago. O exército romano, apesar de não ter conseguido furar o bloqueio naval cartaginês, conquistou a porção peninsular do estreito e o resultado político e militar dessa vitória terrestre das forças de Roma levou Cartago a declarar guerra àquele povo

¹⁵ GOLDSWORTHY, A. *Las Guerras Punicas*. Barcelona: Ariel, 2002. p. 67.

Outros Tempos, vol. 16, n. 28, 2019, p. 184 - 199. ISSN: 1808-8031

européu. Iniciava-se, assim, aquilo que a historiografia séculos depois chamaria de a Primeira Guerra Púnica (264 – 241 a.C.).¹⁶

Os primeiros quatro anos da guerra foram muitos difíceis para Roma, porque a mesma não conseguia vencer nenhuma batalha marítima e, ao mesmo tempo, não convencia as demais cidades litorâneas itálicas a apoiarem seu esforço de guerra, pois seus governantes tinham medo de cercos, bloqueios e ataques vindos da frota cartaginesa. Nesse aspecto, a supremacia do poder naval de Cartago também tinha outro efeito que era impedir a extensão do conflito para o território natal de Cartago (atual Tunísia) e, também, garantia uma rota de suprimentos por via marítima para seus exércitos em solo siciliano.

O Senado de Roma, ciente de suas fraquezas em combates marítimos, em particular após uma acachapante derrota naval para Cartago na Batalha de Lipari (260 a.C.), e das suas deficiências em montar uma força naval que dominasse adequadamente as técnicas de manobras de embarcações movidas a remo, decidiu buscar aliados no campo político, militar e naval. Dessa forma, o Senado romano, conseguiu o apoio de mercadores de Elea e Locres – cidades da Magna Grécia que temia uma dominação cartaginesa em todo o Mar Tirreno. Os mercadores decidiram ajudar os romanos investindo na contratação de construtores navais – conseguiu trazer pessoal especializado de Siracusa e Tarento, e na própria construção das embarcações de guerra da época – as galeras a remo.¹⁷

A Batalha de Mylae (260 a.C.)

Antes de enfatizar na batalha em si, é necessário explicar que a navegação na Antiguidade era feita quase sempre junto à costa por uma série de fatores. São eles a inexistência de instrumentos náuticos auxiliares à navegação, por isso os cruzeiros eram basicamente diurnos o que levava, à noite, os barcos a permanecerem fundeados em alguma baía, enseada ou porto e também porque as embarcações tinham uma pequena dimensão, o que limitava a sua capacidade de armazenamento de provisões (água e víveres) obrigando a tripulação a reabastecer a cada dois ou três dias.

Isso significa que praticamente todas as escaramuças no mar entre os mais diferentes povos da Antiguidade foram feitas durante o dia, próximos ao litoral de alguma baía ou enseada e, devido a limitações logísticas dos navios, eram lutas que levavam algumas

¹⁶ GOLDSWORTHY, op. cit., p. 69.

¹⁷ Ibid., p. 70-77.

Outros Tempos, vol. 16, n. 28, 2019, p. 184 - 199. ISSN: 1808-8031

horas. Ou seja, nenhuma tripulação lutava por dias, semanas e meses de modo contínuo sendo necessário longas paradas para abastecer as tropas e os próprios barcos.¹⁸

Nesse aspecto, o barco típico das civilizações da Antiguidade, utilizados como navios mercantes ou militares entre 500 a.C. e 1300 depois de Cristo, foram as galeras a remo. Elas podiam ter uma fileira de remo em cada bordo (lado), duas bancadas de remos sobrepostos por bordo (as birremes), três bancadas de remos (as trirremes), quatro fileiras de remo (tetrrerremes) e, as mais velozes, aquelas com até cinco remos por bordo (as quinquerremes).

As embarcações preferidas tanto dos cartagineses como dos romanos eram as trirremes, porque tinham mais capacidade de manobra para a fuga durante uma luta e as quinquerremes por terem a maior capacidade de propulsão para abalroar o navio do adversário. Tais galeras podiam ter entre 50 e 250 homens nos remos e até 150 soldados e tripulantes em seu convés servindo como infantaria embarcada. As grandes batalhas navais dos povos que navegavam, na Idade Antiga, pelo Mar Mediterrâneo costumavam envolver centenas ou milhares de galeras a remo. A Batalha de Salamina (480 a.C.), por exemplo, entre os persas e os gregos (atenienses e espartanos) envolveu algo em torno de 1500 birremes e trirremes e mais de setenta e cinco mil homens.¹⁹

A Batalha de Mylae (260 a.C.) ocorreu próximo do litoral siciliano e ao largo da costa da cidade de Mylae (atualmente chamado Milazzo). O engajamento contou com 260 navios a remo entre trirremes e quinquerremes e algo em torno de noventa mil homens entre remadores, soldados e oficiais da Armada de ambos os lados, pois uma galera com três ou cinco remos podia carregar até 250 remadores, 50 marinheiros e 100 soldados. O comandante cartaginês era Aníbal Giscão e, provavelmente, devia acreditar em uma vitória fácil, porque o mesmo tinha derrotado algumas semanas antes os romanos na Batalha de Lípari.²⁰

Entre as consequências, para Roma, do fracasso em Lípari podemos citar a mudança do comando da força naval romana, a qual passava a ser comandada por Gaio Duílio, um cidadão e militar romano experiente cuja família tinha tradição em negociar com mercadores que faziam as rotas marítimas entre a República de Roma e cidades-estados gregas como Atenas e Corinto.

¹⁸ CEZAR, Willian Carmo. *Uma história das guerras navais: o desenvolvimento tecnológico das belonaves e o emprego do poder naval ao longo do tempo*. Rio de Janeiro: Femar, 2013. p. 61.

¹⁹ *Ibid.*, p. 61-62.

²⁰ GARRAFFONI, R.S. Guerras Púnicas. In: MAGNOLI, Demétrio. *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 47-75.

Outros Tempos, vol. 16, n. 28, 2019, p. 184 - 199. ISSN: 1808-8031

O novo comandante das forças romanas no mar, segundo Goldsworthy, soube usar a rede de espionagem de Roma com eficiência e, também, soube atrair para o lado romano uma série de mercadores e construtores navais de cidades localizadas ao sul da península Itálica, a região da Magna Grécia. Mas não era só isso que Duílio soube acionar em favor da frota romana, ele sabia que Giscão adotaria táticas de combate clássicas utilizadas há séculos.²¹

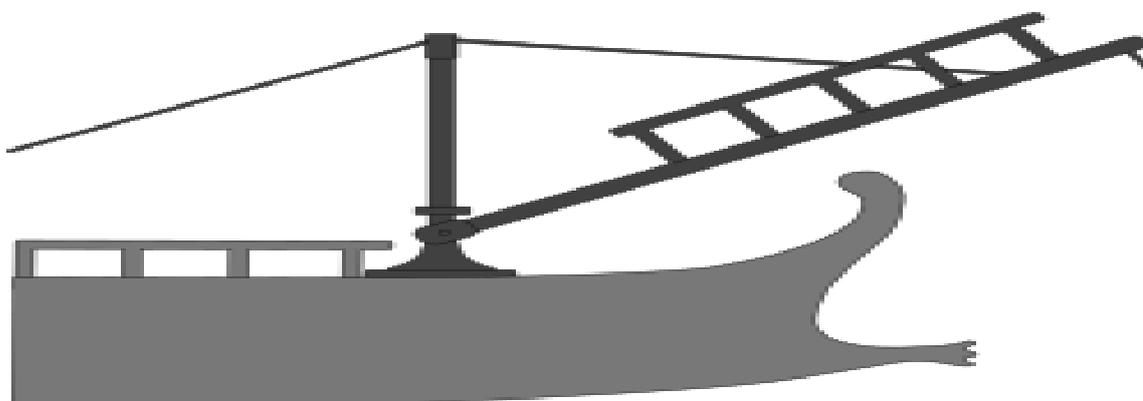
Em Lípari, por exemplo, o comandante cartaginês soube usar muito bem a principal arma das galeras a remo, o esporão, uma espécie de aríete que ficava na proa (frente) da embarcação. Tal peça podia ser feita de madeira ou de bronze e servia para colocar em prática uma determinada tática de guerra, o abalroamento. Este era, em resumo, o choque de uma galera pela proa – onde estava o esporão – com outra galera por qualquer de seus bordos. A intenção era quebrar os remos do adversário, tornando-a inoperante para prosseguir no combate ou prender um barco ao outro com o intuito de facilitar a abordagem assegurando uma luta corpo a corpo nos conveses, como em uma batalha campal, onde o objetivo era se apropriar do navio inimigo.²²

Ciente de que a experiência romana estava no combate corpo a corpo em terra, Gaio Duílio e seus aliados, os construtores navais de cidades grego-itálicas como Elea e Locres, adaptaram nas trirremes e nas quinquerremes romanas um instrumento bélico chamado *corvus*. Na prática, era uma rampa com um bico de metal (parecia com o de um corvo) na sua extremidade e que servia para fixar a rampa no navio inimigo. A peça era presa por um cabo ao mastro da nau que permitia a mesma sofrer um movimento de rotação em torno de seu próprio eixo.²³ A imagem abaixo ilustra perfeitamente o instrumento:

²¹ GOLDSWORTHY, op. cit., p. 87.

²² CEZAR, Willian Carmo. *Uma história das guerras navais: o desenvolvimento tecnológico das belonaves e o emprego do poder naval ao longo do tempo*. Rio de Janeiro: Femar, 2013. p. 62-63.

²³ Ibid., p. 73.

Figura 1: Galera a remo com *corvus*.

Fonte: Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Corvo_\(arma\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Corvo_(arma)). Acesso em: 12 abr. 2019.

De modo mais detalhado, a citação seguinte, sob o ponto de vista do escritor grego Políbio, descreve o instrumento bélico visualizado na imagem anterior. Segundo o autor da obra *Histórias*:

[...] colocava-se na proa da nau um poste redondo com 4 orgiás [a.7m10cm] de altura e com 3 palaistés [a.23cm] de diâmetro. No topo desse poste havia uma polia e, em volta dele, havia uma passarela feita de pranchas cruzadas, presas umas às outras, com 4 pés [1m20cm] de largura e 6 orgiás [a.10m80cm] de comprimento; nessa passarela havia uma abertura oval feita a 2 orgiás [a.3m55cm] de sua extremidade inferior; a passarela tinha também um balaústre em cada um de seus lados longitudinais, na altura do joelho; em sua extremidade superior estava presa uma peça de ferro semelhante a um pilão, pontiagudo em um dos lados e com um anel no outro, de tal forma que o conjunto se assemelhava a uma máquina de moer grãos; a esse anel estava presa uma corda por meio da qual, quando a nau atacava outra inimiga, os tripulantes, valendo-se da polia existente no topo do poste, o deixavam cair no convés da nau inimiga, seja de frente, para que ele atravessasse a proa, seja pelo flanco, fazendo-o girar lateralmente, quando as naus colidiam de lado”.²⁴

Desse modo, como sugere Políbio, após o *corvus*²⁵ ser baixado e fixado no convés do navio inimigo, no caso dos cartagineses, possibilitava o aprisionamento de um barco ao outro dando estabilidade para que a infantaria embarcada romana lutasse nos navios em condições muito parecidas com as quais combatia em terra. No calor do engajamento, caso o instrumento bélico tivesse sido cravado na nau inimiga pelo través (lateral), os soldados romanos passavam para a outra embarcação ao longo de todo o convés, mas no caso de abalroamento pela proa (frente) do barco, os romanos atravessavam de dois em dois homens.

²⁴ POLÍBIO. *Histórias: Livro I*. In: VIDIGAL, Armando & ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Guerra no Mar: Batalhas e campanhas navais que mudaram a história*. Rio de Janeiro: Record. 2009. p. 51.

²⁵ Posteriormente houve a adoção das catapultas. Um instrumento bélico que veio dar às galeras uma melhor capacidade de atingir os navios dos adversários à distância. O alvo preferencial eram os remos sobre os quais se jogavam pedras ou o convés (onde estavam os soldados), mas aqui varejando palha incendiada.

Outros Tempos, vol. 16, n. 28, 2019, p. 184 - 199. ISSN: 1808-8031

O mecanismo foi utilizado, ainda na fase de testes, na batalha de Mylae (260 a.C.) e foi decisivo na vitória naval romana sobre os cartagineses. Em suas narrativas sobre o conflito entre romanos e cartagineses, ou seja, as guerras púnicas, Políbio descreve a batalha de Mylae da seguinte maneira:

Os cartagineses, convencidos da inexperiência dos romanos, lançaram-se apressadamente ao mar, com 130 navios, indo a toda a velocidade sobre o inimigo; nem sequer se preocuparam em guardar formação de batalha, pareciam ir ao encontro de um despojo seguro e à medida que se aproximaram começaram a dar fé dos corvos, ao alto, sobre as proas. Ao princípio mostraram surpresa, mas logo, sem mais cuidarem, as maiores navios romanos começaram a chegar e se iniciou uma audaz batalha. O combate desenrolou-se como o haviam previsto os romanos, as navios inimigas, enganchadas pelas pontes móveis, eram assaltadas pela infantaria. Uma parte dos cartagineses foi destruída, os outros renderam-se, aterrorizados. A batalha, de marítima, havia-se transformado em terrestre.²⁶

Era a primeira grande vitória de Roma nos mares e a primeira grande derrota naval de Cartago em quase um século. O desastre de Aníbal Giscão pode ser materializado no número de navios perdidos. O comandante viu seu adversário, Gaio Duílio, tomar sua nau capitânia (Giscão escapou nadando para outra galera), capturar cerca de trinta de suas trirremes, afundar outras 20 quinquerremes e, por fim, viu os romanos perderem apenas dez galeras a remo. O péssimo resultado levou Aníbal Giscão a bater em retirada em direção à Sardenha, outra ilha itálica do Mar Tirreno, o que foi considerado uma vergonha pelos seus comandados que revoltados prenderam o seu comandante e o levaram até Cartago. Lá, o Conselho de Anciãos decidiu crucificá-lo para servir de exemplo para os demais almirantes cartagineses.²⁷

Já a postura e as consequências da vitória para Gaio Duílio foram completamente diferentes. Ao fim da luta naval, ao invés de perseguir seu adversário, já bastante fragilizado do ponto de vista militar, deixou-o fugir e preferiu direcionar sua frota para a cidade de Segesta, que estava cercada pelo general cartaginês Aníbal, o qual foi derrotado devido ao reforço trazido pela frota romana. A tomada de Segesta marcou o fim da presença cartaginesa na Sicília e, conseqüentemente, permitiu que Roma desfrutasse do pleno domínio do estreito de Messina para fins político-militares e político-econômicos.²⁸

A estratégica vitória de Roma na Batalha de Mylae rendeu ao comandante Gaio Duílio uma grande homenagem no Fórum Romano, por parte do Senado. Ele teve o direito a uma coluna *rostrata*. A coluna, no formato de um mastro, tinha vários esporões de naus

²⁶ POLÍBIO. *História*. Brasília: Editora UnB. 1985. p. 23.

²⁷ GOLDSWORTHY, op. cit., p. 89-90.

²⁸ Ibid., p. 90-99.

Outros Tempos, vol. 16, n. 28, 2019, p. 184 - 199. ISSN: 1808-8031

cartaginesas e informava quantos barcos Duílio capturou e afundou e o valor dos tesouros em ouro que foi conseguido retirar dos porões das galeras a remo do inimigo. Além disso, ele recebeu o primeiro triunfo naval romano que era uma espécie de procissão que saía do Templo de Júpiter e vagava pelas ruas da cidade com os vitoriosos carregando os pertences dos inimigos. O triunfo de Duílio foi o primeiro a incluir oficiais cartagineses, isto é, cidadãos livres de Cartago. Logo, entre as consequências da vitória romana em Mylae está a ocupação definitiva da Sicília, a invasão da Sardenha e o aumento da moral, entre os membros do exército romano, na luta contra os cartagineses.²⁹

Por outro lado, do ponto de vista de Cartago, a derrota verberou na sua política externa e na interna. Do ponto de vista externo por estar sob pressão nos mares sicilianos e nas terras itálicas, a aristocracia cartaginesa aceitou as condições romanas, as quais seriam: evacuar todas as ilhas situadas entre a Itália e a Sicília; devolver à República de Roma os seus cidadãos que tinham sido feitos prisioneiros de guerra; e, também, prometer não atacar as rotas comerciais e as cidades aliadas à Roma como, por exemplo, Siracusa.³⁰

Do ponto de vista da situação interna, a derrota na batalha naval de Mylae piorou o ambiente político dentro do Conselho de Anciãos ao aumentar as disputas oligárquicas entre os mais diferentes grupos e famílias cartaginesas. Entre as muitas facções em choque duas se destacavam, a primeira era o clã dos Bárcidas e, a segunda, o clã dos Hanão. Os Bárcidas, chamados de “mediterrâneos”, por defenderem a continuidade da guerra com Roma foram os mais prejudicados do ponto de vista econômico, porque perderam boa parte da sua frota militar e mercante, mas principalmente do ponto de vista político, já que foram responsabilizados pela derrota militar púnica, o que gerou a perda de cargos-chaves da administração ultramarina cartaginesa no sul da França e do sudeste da península Ibérica.

Nesse sentido, a facção dos Hanão apelidada de “africana” aumentou o seu controle dentro do Conselho de Anciãos ocupando o vácuo de poder deixado por seus adversários, e também por levar os conselheiros a entenderem que o futuro de Cartago estava no próprio território africano, que via suas rotas costeiras e por dentro do Saara, contestadas por populações locais cansadas dos altos impostos cobrados em nome do financiamento das guerras púnicas. O clã Hanão contava com o forte apoio político dos proprietários de terra

²⁹ HARRIS, W.V. *Guerra e imperialismo em la Roma republicana, 327-70 a.C.* Madrid: Siglo XXI, 1989. p. 201-202.

³⁰ CHARLES PICARD, G. (org). *Carthage: a survey of Punic history and culture from its birth to the final tragedy.* Londres: Sigwick & Jackson, 1987. p. 189-191.

Outros Tempos, vol. 16, n. 28, 2019, p. 184 - 199. ISSN: 1808-8031

cartagineses que estavam desejosos de aumentar suas posses sobre as poucas terras férteis do norte da África.³¹

Para além das consequências militares, políticas e econômicas da Batalha de Mylae (260 a.C.), no contexto da Primeira Guerra Púnica (264 – 241 a.C.), é mister salientar que a transformação do mar Mediterrâneo em um genuíno Mare Nostrum somente acontecerá após o fim da Terceira Guerra Púnica (151 – 146 a.C.) quando o território da cidade de Cartago se tornará a primeira província romana fora da Europa.

Conclusão

Em certo sentido é correto afirmar que a História se iniciou, na Antiguidade, como História Militar através de Heródoto (485-420 a.C.), autor da obra *Histórias*, um relato apurado das guerras médicas entre os gregos e os persas no decorrer dos séculos V e IV a.C. Na verdade, algumas das maiores obras da Idade Antiga são exposições de conflitos militares e navais como, por exemplo, a *História da Guerra do Peloponeso*, de Tucídides (460-400 a.C.); a *Anábase*, uma obra de Xenofonte (430-355 a.C.) que seria uma descrição da expedição do exército grego sob as ordens de Ciro contra seu irmão, o imperador persa chamado Artaxerxe; e, por fim, as *Histórias*, de Políbios (203-120 a.C.) que conta as desavenças militares entre Roma e Cartago na época das Guerras Púnicas.

Essas obras durante muito tempo serviram de modelo para incontáveis outros relatos não apenas de História Militar, mas também de História Política, e em certo sentido mostram a importância que a guerra tem para o destino dos seres humanos. Nesse aspecto, do ponto de vista dos militares, o estudo dos relatos, das descrições ou de diários de campos de batalha nas mais diferentes temporalidades tem uma função altamente utilitária, pois possibilita através de uma apurada análise o aprendizado do emprego das forças armadas nos níveis estratégico, tático e logístico, bem como da maneira como os preparativos da guerra foram, na prática, aplicados no teatro de operações.

O problema, do ponto de vista deste autor, é que a História Militar tem sido um campo de estudos no Brasil quase que exclusivo de “militares historiadores”, os quais, em sua imensa maioria, tem pouco ou nenhum discernimento metodológico, visto não serem historiadores profissionais, mas aficionados que, conseqüentemente, geram uma produção de textos que afirmam categoricamente apresentar “os fatos como aconteceram”, mas também

³¹ CHARLES PICARD, op. cit., p. 192-194.

Outros Tempos, vol. 16, n. 28, 2019, p. 184 - 199. ISSN: 1808-8031

cheios de adjetivação excessiva e relatos grandiloquentes. Tais características, presentes no resto da América Latina, levaram a História Militar a ser chamada de “História-Batalha” ou “História dos tambores e clarins”. Obviamente, em razão dos seus pesquisadores terem uma origem não especializada e corporativa com nítida tendência ao mito, a valorização dos grandes homens (almirantes, generais etc.) e certa complacência com as ações tomadas pelos líderes militares.

Desse modo, se o ensino da História Militar tem uma função didática na educação de suboficiais e de oficiais das Forças Armadas, já que oferece valiosas lições sobre a arte e a ciência por trás da guerra, justamente por tal motivo, é da opinião do autor, que os seus estudos não devem permanecer exclusivamente nas mãos dos profissionais da guerra, mas também de historiadores, sociólogos ou cientistas políticos. Afinal, guerra mata milhares ou milhões de inocentes e, por isso, não deve ser olhada tecnicamente, mas, sobretudo de modo humanitário.